



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014.

COMUNICAÇÃO Nº 070/14 – TJD/RJ

DECISÃO DA “8ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR - TJD/RJ

Sob a Presidência do Auditor Dr. Antonio Ricardo Correa da Silva, presentes os Auditores Dr. Celso Jorge Fernandes Belmiro, Dr. Ricardo Ribeiro Martins, Dr. Fernando Menezes Araujo e o Procurador Dr. Alipio Trindade, ausência justificada do Dr. Eduardo Abreu Biondi e Dr. Jacinto Araujo de Sousa Junior, reuniu-se às 15 horas e 48 minutos do dia catorze de março de 2014, no Auditório do Tribunal de Justiça Desportiva no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre nº 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a “8ª” Comissão Disciplinar Regional, tomando as seguintes deliberações.

1) Aprovada a ata da sessão anterior;

2) Processo: nº 079/14

1º) Denunciado: Andre Clarindo dos Santos (Atleta do CR Flamengo)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

2º) Denunciado: Pablo Horacio Guiñazu (Atleta do CR Vasco da Gama)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

3º) Denunciado: Eduardo Cordeiro Guimarães (Árbitro da partida)

Tipificação: Art. 260 do CBJD

Jogo: CR Vasco da Gama X CR Flamengo

Categoria: Profissional – Série A

Data jogo: 16/02/2014



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Representante legal dos denunciados: Dr. Michel Assef Filho (CR Flamengo), Dr. Tiago Amaro (CR Vasco da Gama) e Dra. Ester Freitas (Árbitro)

Auditor Relator: Dr. Ricardo Ribeiro Martins

Juntadas procurações pelas defesas.

Depoimento pessoal: Eduardo Cordeiro Guimarães – RG: 123722019 – IFP/RJ

Perguntado pelo Presidente, respondeu:

“Que é muito difícil a situação do Árbitro; que o jogo Vasco e Flamengo sempre envolve muitas paixões; que é o sonho de todo árbitro participar de um Vasco e Flamengo; que além de ser um jogo difícil, era um jogo de TV aberta e isso trouxe mais câmeras para o jogo e isso aumentou a responsabilidade, mas que isso não alterou a sua atuação como árbitro; que apita todos os jogos com a mesma motivação e condição; que aos doze minutos, houve um fato triste com a não marcação de um gol; que ele entente que o árbitro assistente não errou, já que tinha todos os requisitos físicos e de saúde para estar presente no jogo, por isso ele não é culpado de nada; que isso acirrou os ânimos.

Que com relação aos lances em si, os árbitros classificam em imprudência (sem cartão amarelo), ação temerária (com aplicação do cartão amarelo) e uso da força excessiva (punido com cartão vermelho); que no lance do Andre Santos, dentro do seu campo visual (a cerca de 5 metros do lance), já que não tinha a quantidade de câmeras que estavam à disposição da TV, caracterizou como falta imprudente, por isso não aplicou cartão vermelho ou amarelo; que no lance do atleta Guinazu, de novo baseado no seu campo de visão, por ser o jogador de nacionalidade argentina, ele tem uma característica de jogar de maneira mais forte; que de acordo com a sua colocação no momento do lance, achou que ele atingiu e visou apenas a bola e essa era a sua intenção, sendo que o jogador Hernande tentou evitar o choque, por medo de ser atingido, pulando, o que aumentou a dramaticidade do lance, sendo impossível ao Guinazu evitar o choque, sendo jogada de disputa de bola; que não tentou dar nenhum jeitinho e apitou aquilo que viu; que se tivesse visto algo diferente, aplicaria imediatamente os cartões correspondentes.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Apresentada prova de vídeo da Procuradoria.

Resultado: Por unanimidade julgada improcedente a denúncia absolvendo o 1º denunciado, já que não se identificou o notório equívoco da arbitragem.

Por maioria, identificado notório equívoco da arbitragem, vencido o auditor Dr. Antonio Ricardo Correa, sendo no mérito condenado o 2º denunciado em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à imputação do art. 254 do CBJD.

Por unanimidade de votos absolvido o 3º denunciado diante da ausência de intenção de se omitir.

3) Processo: nº 080/14

1º) Denunciado: América FC

Tipificação: Art. 191, III do CBJD

2º) Denunciado: Céres FC

Tipificação: Art. 191, III do CBJD

Jogo: América FC X Céres FC

Categoria: Profissional – Série B

Data do jogo: 22/02/2014

Representante legal do denunciado: Dr. Mauro Chidid (América FC) e Ausente (Céres FC)

Auditor Relator: Dr. Antonio Ricardo Correa

Resultado: Por unanimidade de votos multado o 1º denunciado em R\$100,00 (cem reais) convertidos em advertência quanto à imputação do art. 191, III do CBJD.

Por unanimidade de votos multado o 2º denunciado em R\$130,00 (cento e trinta reais) convertidos em advertência quanto à imputação do art. 191, III do CBJD.

4) Processo: nº 081/14

Denunciado: Goytacaz FC

Tipificação: Art. 191, III do CBJD

Jogo: Goytacaz FC X Barra Mansa FC

Categoria: Profissional – Série B

Data jogo: 22/02/2014

Representante legal dos denunciados: Dra. Renata Eliza



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Auditor relator: Dr. Eduardo Abreu Biondi – Redistribuído para o Dr. Fernando Menezes Araujo

Juntada procuração pela defesa.

Resultado: Por unanimidade de votos multado o denunciado em R\$130,00 (cento e trinta reais) convertidos em advertência quanto à imputação do art. 191, III do CBJD.

5) Processo: nº 082/14

1º) Denunciado: Julio Cesar de Oliveira Conceição (Massagista do Friburguense AC)

Tipificação: Arts. 243-D e 258 do CBJD

2º) Denunciado: Friburguense AC

Tipificação: Art. 191, III do CBJD

3º) Denunciado: Nova Iguaçu FC

Tipificação: Art. 191, III do CBJD

Jogo: Friburguense AC X Nova Iguaçu FC

Categoria: Sub 20 – Série A

Data jogo: 19/02/2014

Representante legal dos denunciados: Dr. Tiago Amaro (Friburguense AC) e Dra. Letícia Rodrigues (Nova Iguaçu FC)

Auditor relator: Dr. Celso Jorge Fernandes Belmiro

Juntadas procurações pelas defesas.

A Doute Procuradoria retirou a imputação do art. 243-D, em relação ao 1º denunciado.

Resultado: Por unanimidade de votos suspenso o 1º denunciado em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à imputação do art. 258 do CBJD.

Por unanimidade de votos absolvido o 2º denunciado quanto à imputação do art. 191, III do CBJD.

Por unanimidade de votos multado o 3º denunciado em R\$130,00 (cento e trinta reais) convertidos em advertência quanto à imputação do art. 191, III do CBJD.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6) Processo: nº 083/14

1º) Denunciado: Madureira EC

Tipificação: Art. 191, III do CBJD

2º) Denunciado: Friburguense AC

Tipificação: Art. 191, III do CBJD

Jogo: Madureira EC X Friburguense AC

Categoria: Sub 20 – Série A

Data jogo: 22/02/2014

Representante legal dos denunciados: Dr. Tiago Amaro (ambos)

Auditor relator: Dr. Jacinto Araujo Junior – Redistribuído para o Dr. Celso Jorge Fernandes Belmiro

Juntadas procurações pela defesa.

Resultado: Por unanimidade de votos multado o 1º denunciado em R\$100,00 (cem reais) convertidos em advertência quanto à imputação do art. 191, III do CBJD.

Por unanimidade de votos absolvido o 2º denunciado quanto à imputação do art. 191, III do CBJD.

7) Processo: nº 084/14

Denunciado: Ceres FC

Tipificação: Art. 191, III do CBJD

Jogo: América FC X Ceres FC

Categoria: Sub 20 – Série B

Data jogo: 22/02/2014

Representante legal dos denunciados: Ausente

Auditor relator: Dr. Antonio Ricardo Correa

Resultado: Por unanimidade de votos multado o denunciado em R\$130,00 (cento e trinta reais) convertidos em advertência quanto à imputação do art. 191, III do CBJD.

8) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

9) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.

10) Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.

11) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO À SECRETARIA DESTA E. TRIBUNAL, O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

12) Os atletas não profissionais fazem jus ao benefício do art. 182 CBJD(redução da pena pela metade).

13) O Procurador se manifestou em todos os processos.

14) Sem mais, foi encerrada a sessão às 17 horas e 30 minutos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014.

Antonio Ricardo Correa
Presidente em exercício da Comissão

Amanda Garcia de Abreu
Secretária TJD/RJ